

## **RESOLUÇÃO CNS Nº 357, DE 09 DE FEVEREIRO DE 2006.**

O Plenário do Conselho Nacional de Saúde, em sua Centésima Sexagésima Segunda Reunião Ordinária, realizada nos dias 07, 08 e 09 de fevereiro de 2006, no uso de suas competências regimentais e atribuições conferidas pela Lei nº 8080, de 19 de setembro de 1990, e pela Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, e

considerando que a execução da pesquisa “Heterogeneidade de Vetores e Malária no Brasil” não correspondeu à planificação presente no protocolo examinado pelo sistema CEP/CONEP-CNS/MS;

considerando que a forma de condução do procedimento metodológico da pesquisa feriu princípios éticos fundamentais de experimentação envolvendo seres humanos, conforme a Resolução CNS Nº 196/96 e suas complementares;

considerando que a documentação analisada e os depoimentos colhidos indicam a indução financeira de sujeitos e comunidades socialmente vulneráveis, comprometendo a voluntariedade do consentimento para participar da pesquisa;

considerando que os sujeitos da pesquisa foram submetidos a procedimentos que implicam em riscos eticamente inaceitáveis e que ainda tiveram prejuízos diretos à saúde decorrentes da participação na pesquisa;

Resolve:

- Determinar às Instituições responsáveis pela pesquisa a sua suspensão definitiva;
- Solicitar a CONEP-CNS/MS que esclareça as entidades brasileiras de que todo e qualquer artigo decorrente da pesquisa em questão não poderá ser aceito para a publicação, por serem resultados de experimento não aprovado pelo sistema de avaliação ética da pesquisa no Brasil;
- Solicitar às instituições nacionais e internacionais responsáveis que procedam investigação do grau de responsabilidade de cada um de seus pesquisadores envolvidos no projeto quanto aos desvios éticos praticados;
- Encaminhar a transcrição do item da pauta do CNS, que tratou das denúncias referentes ao caso de “Heterogeneidade de Vetores e Malária no Brasil” ao Ministério Público, Polícia Federal e Comissão de Direitos Humanos do Senado;
- Solicitar a participação da Comissão de Apuração do Conselho Nacional de Saúde na audiência promovida pela comissão de Direitos Humanos do Senado;
- Solicitar ao Ministério Público que estude meios legais de garantir indenização aos sujeitos da pesquisa;
- Promover uma audiência pública convocada em conjunto com o Conselho Nacional de Saúde e o Conselho Estadual de Saúde do Amapá sobre a saúde das populações ribeirinhas;
- Solicitar ao Ministério do Desenvolvimento Social a inclusão das comunidades alvo da pesquisa nos Programas de Transferência de Renda Unificada.

**SARAIVA FELIPE**

Presidente do Conselho Nacional de Saúde

Homologo a Resolução CNS Nº 357, de 09 de fevereiro de 2006, nos termos do Decreto de Delegação de Competência de 12 de novembro de 1991.

**SARAIVA FELIPE**

Ministro de Estado da Saúde